

Curso/Disciplina: Direito Penal – Parte Especial

Aula: Crimes Contra a Administração Pública – Parte III - 56

Professor(a): Marcelo Uzêda

Monitor(a): Nairim Machado Palma

Aula nº. 56

PECULATO MEDIANTE ERRO DE OUTREM

Art. 313 - Apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, **no exercício do cargo**, recebeu por erro de outrem:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

A doutrina afirma que se no momento em que o indivíduo recebe a coisa ele percebe o erro, responderia por estelionato. O delito do 313 só se consumaria se o indivíduo tivesse recebido a coisa de boa-fé, e após percebe o erro e se apodra do objeto. Para a posição minoritária não faz diferença, tanto se ele percebe o erro na hora ou se percebe o erro depois.

O momento consumativo é quando ele pratica o ato inequívoco de asenhoramento (quando ele inverte o título da posse) ou pega negativa da restituição.

PECULATO ELETRÔNICO - INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (INCLUÍDO PELA LEI Nº 9.983, DE 2000)

Art. 313-A. **Inserir** ou **facilitar**, o funcionário autorizado, a inserção de dados falsos, **alterar** ou **excluir indevidamente** dados corretos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida para si ou para outrem ou para causar dano: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000))

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Não existe modalidade culposa do 313-A.

Trata-se de crime formal, ele se consuma antecipadamente com a prática das condutas, independentemente da efetiva obtenção de vantagem ou de causação do dano pretendido.

O crime admite tentativa.

MODIFICAÇÃO OU ALTERAÇÃO NÃO AUTORIZADA DE SISTEMA DE INFORMAÇÕES (INCLUÍDO PELA LEI Nº 9.983, DE 2000)

Art. 313-B. Modificar ou alterar, o funcionário, sistema de informações ou programa de informática **sem autorização ou solicitação de autoridade competente**: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

Parágrafo único. As penas são aumentadas de um terço até a metade se da modificação ou alteração resulta dano para a Administração Pública ou para o administrado. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

O delito se consuma independentemente do prejuízo. Se houver prejuízo vamos para o parágrafo único.

